



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 4º PERÍODO DATA: 28/09/2026

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

"Respire fundo e confie nas horas de estudo que te trouxeram até aqui.

O futuro do Direito precisa de profissionais dedicados como você.

Boa prova!"

Disciplina: Direito das Obrigações II
Professora: Leilane Paula Camargos

Questão 01

Maria tinha um crédito de R\$100.000,00 para receber de Joaquina, vencível em 23/12/2026. Precisando de dinheiro, Maria resolve fazer a cessão desse crédito para Manu, no dia 28/09/2026 por R\$80.000,00. Sobre a cessão de créditos, responda:

- a) A cessão de créditos é um negócio jurídico entre Maria e Manu. Joaquina não precisa consentir. Se Joaquina não for avisada a cessão é válida, porém ineficaz quanto a Joaquina.
- b) Regra geral, na cessão de crédito, a cedente responde pela solvência da devedora.
- c) Se Joaquina tivesse uma compensação para alegar contra Maria, fosse avisada da cessão tanto pela Maria quanto pela Manu no dia da cessão (28/09/2026), mesmo sem manifestar nenhum interesse, no dia do pagamento poderá pagar para Manu o valor já compensado, ou seja, o valor que pagaria para Maria.
- d) Se Joaquina não for avisada da cessão e fizer o pagamento para Maria, ela fez um pagamento errado e deverá pagar à verdadeira credora (Manu), tendo direito de regresso contra Maria.

Questão 02

Severino tinha uma dívida com Maria Alice, no valor de R\$50.000,00. O pai de Severino, Sr. Tertuliano, percebendo a dificuldade de seu filho em honrar os compromissos, resolve assumir a dívida de Severino. Sobre a assunção de dívida, responda:

- a) A assunção de dívidas não precisa necessariamente da concordância ou da anuência de Severino.
- b) Se o contrato for feito entre Severino e Tertuliano, Maria Alice não precisa aceitar, bastando ser notificada.
- c) Se o Tertuliano for declarado insolvente antes do contrato de assunção de dívidas e Maria Alice ignorar essa informação, quem responderá pela dívida será apenas Tertuliano, pois Severino sairá do polo passivo da obrigação.
- d) Se Severino tinha uma compensação para alegar contra Maria Alice, quando Tertuliano for fazer o pagamento, ele poderá alegar essa compensação.

Questão 03

Segundo art. 308. Do Código Civil: “O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só VALER depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.”

Se João deve para Teresa e ao invés de pagar para Teresa paga para Raimundo, um amigo de Teresa, que repassa esse pagamento para Maria, uma prima da Teresa, que repassa para Joaquim que é vizinho de Teresa e que por sua vez repassa para Lili, a mãe de Teresa. Nenhuma dessas pessoas eram representantes de Teresa. Esse pagamento será analisado no campo da:

- a) validade do ato jurídico, conforme art. 308 do CC
- b) eficácia do ato jurídico, conforme interpretação doutrinária
- c) existência do ato jurídico, conforme interpretação doutrinária
- d) não poderá ser analisado na escada pontean, segundo doutrina dominante de Carlos Drummond de Andrade.

Questão 04

Hermanoteu está devendo R\$50.000,00 para Isaac. Micalatéia, irmã de Hermanoteu vendo que seu irmão está comendo o pão que o Diabo amassou com essa dívida, e sem perspectiva nenhuma de recebimento, resolve pagar a dívida. Nesse caso:

- a) Micalatéia é a solvens, e irá se sub-rogar no lugar de Isaac.
- b) Micalatéia é um terceiro interessado, pois se seu irmão não está bem, ela também não estará bem.
- c) Se Micalatéia ao pagar a dívida fez em seu nome (Micalatéia), terá direito a reembolso
- d) Se ao pagar a dívida Micalatéia fez em nome de Hermanoteu terá direito a reembolso.

Questão 05

Adriana fez um contrato de locação com a imobiliária Viva Feliz. O contrato rezava que os pagamentos seriam feitos na sede da imobiliária. No primeiro mês, a imobiliária pediu para um “guardinha” buscar o dinheiro na casa de Adriana. Nos próximos meses, o padrão se repetiu. Depois de 8 meses, o secretário da imobiliária não foi buscar o pagamento e Adriana nem lembrou de fazer o pagamento. Nesse caso:

- a) Adriana está em mora, pois o local de pagamento estabelecido no contrato escrito prevalece sobre qualquer prática reiterada das partes.
- b) A imobiliária, ao enviar reiteradamente um preposto para receber em domicílio, criou uma alteração fática legítima do local de pagamento (comportamento contraditório/supressio), não incidindo encargos de mora pelo esquecimento do 9º mês na sede.
- c) O instituto da surrectum gera uma perda definitiva do direito de crédito para o credor que altera a forma de recebimento.
- d) O pagamento estipulado em contrato só pode ser modificado por termo aditivo escrito, sendo nula qualquer alteração por via de fatos cotidianos.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Professora: Andréia de Paula Viana Harosi

Questão 06

Na introdução ao estudo do Direito Processual Civil, é fundamental compreender a relação de convivência e as diferenças conceituais entre o direito material e o direito processual. Com base nos ensinamentos ministrados na disciplina de Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

- A) O direito material constitui a estrada ou o caminho utilizado para a resolução dos litígios, ao passo que o direito processual representa o próprio destino ou conflito original.
- B) O direito material diz o que o sujeito tem (normas que regulamentam a vida em sociedade e definem os direitos subjetivos), enquanto o direito processual diz como o sujeito consegue esse direito (sistema que garante o cumprimento do direito material quando este não é observado espontaneamente).
- C) Por possuírem uma relação de autonomia, o direito processual e o direito material operam de forma totalmente isolada, inexistindo qualquer interação ou instrumentalidade entre eles.
- D) O direito material é o conjunto de normas que dita estritamente o ritmo do processo judicial, como os prazos para contestação, os recursos cabíveis e a forma de condução das audiências pelo juiz.

Questão 07

De acordo com as regras de repartição de competências previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta acerca da competência para legislar sobre direito processual civil e procedimentos em matéria processual:

- A) Compete privativamente à União legislar sobre direito processual, ao passo que a competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual é concorrente entre a União, os Estados-membros e o Distrito Federal.
- B) Os Estados-membros possuem competência privativa para legislar sobre direito processual civil em seus territórios, cabendo à União apenas a edição de leis locais.
- C) A competência legislativa sobre direito processual civil é concorrente entre todos os entes federados, permitindo que cada Estado crie seu próprio Código de Processo Civil.
- D) A edição de leis sobre procedimentos processuais é de competência exclusiva dos Municípios, cabendo às Câmaras Municipais disciplinar os ritos processuais estaduais.

Questão 08

Uma das normas fundamentais consagradas no art. 2º do Código de Processo Civil trata da inércia da jurisdição combinada com o princípio do impulso oficial. Diante dessa regra, assinale a alternativa correta:

- A) Um juiz civil pode, de ofício e sem provocação de nenhuma parte interessada, iniciar uma ação judicial para cobrar o aluguel atrasado ara cobrar o aluguel atrasado em favor de um proprietário
- B) O Código de Processo Civil aboliu totalmente a inércia, impondo que a jurisdição atue de forma ativa na busca de conflitos particulares na sociedade.
- C) O princípio da inércia obriga o juiz a paralisar o processo e proibir qualquer andamento da causa, exceto se as partes solicitarem expressamente cada novo ato a ser praticado.
- D) O processo civil começa por iniciativa da parte, tendo em vista o caráter inerte da jurisdição, mas se desenvolve e caminha rumo à sentença por impulso oficial do juiz, ressalvadas as exceções em lei.

Questão 09

Júlia ajuizou uma ação de cobrança contra Roberto. No momento da distribuição da petição inicial, Roberto residia na comarca de São Paulo/SP. No entanto, duas semanas após a distribuição (e antes de ser citado), Roberto mudou-se permanentemente para o Rio de Janeiro/RJ. Em sua defesa, Roberto alega que o juiz de São Paulo perdeu a competência, exigindo a transferência do processo para o seu novo domicílio.

Considerando a regra da perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*), assinale a alternativa correta:

- A) A alegação de Roberto está correta, pois a competência territorial deve acompanhar o domicílio atual do réu até o trânsito em julgado.
- B) O processo deve ser extinto sem resolução de mérito, pois a mudança de domicílio antes da citação gera a perda superveniente da jurisdição.
- C) A alegação de Roberto está incorreta, pois a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações de fato ocorridas posteriormente, salvo se suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- D) O juízo de São Paulo só manterá a competência se Júlia comprovar que a mudança de Roberto foi realizada com má-fé para atrasar o andamento processual.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial II

Professor: Juliana Soler

Questão 10

Lucas adentrou um supermercado com a intenção de subtrair mercadorias. Ele colocou três garrafas de uísque de alto valor dentro de sua mochila e dirigiu-se à saída. Entretanto, desde o momento em que colocou os bens na mochila, Lucas estava sendo monitorado pelas câmeras de segurança do estabelecimento. Assim que ultrapassou as catracas de saída sem pagar, foi abordado pelos seguranças no estacionamento, que recuperaram os produtos intactos.

- A) O crime foi tentado, pois a vigilância por monitoramento eletrônico torna impossível a consumação do furto.
- B) O crime foi consumado, pois Lucas teve a posse da coisa alheia móvel, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição.
- C) O crime é impossível por ineficácia absoluta do meio, tendo em vista que o agente foi monitorado durante toda a ação.
- D) O fato é atípico, uma vez que não houve prejuízo patrimonial para a vítima, ocorrendo a desistência voluntária.

Questão 11

Marcos, com o objetivo de subtrair o toca-fitas de um veículo estacionado na via pública, quebrou o vidro da janela lateral do automóvel para alcançar o aparelho e retirá-lo do painel. A ação foi efetuada com sucesso e Marcos fugiu do local com o bem subtraído.

- A) Marcos responderá por furto simples em concurso material com o crime de dano ao patrimônio.
- B) Marcos responderá por furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- C) Marcos responderá por furto simples, pois a destruição de parte do próprio bem subtraído ou de seu meio de proteção não qualifica o crime.
- D) Marcos responderá por furto qualificado pelo emprego de chave falsa, por equiparação legal do rompimento do vidro.

Questão 12

João, reincidente específico em crimes patrimoniais, subtraiu de um grande hipermercado um fardo de refrigerantes avaliado em R\$ 25,00. O bem foi restituído à vítima logo após a abordagem policial. Em sede processual, a defesa de João requereu a aplicação do Princípio da Insignificância para reconhecer a atipicidade material da conduta.

- A) O princípio da insignificância deve ser aplicado compulsoriamente, pois o valor do bem é inferior a 10% do salário mínimo, independentemente dos antecedentes.
- B) A reincidência impede, em regra, a aplicação do princípio da insignificância, ressalvadas hipóteses excepcionais analisadas no caso concreto pelos tribunais superiores.
- C) Trata-se de furto privilegiado-qualificado, que afasta a ilicitude do fato por ser o réu primário na data do julgamento.
- D) O princípio da insignificância é incompatível com o crime de furto em qualquer hipótese, restando apenas a figura do furto de uso.

Disciplina: Direito Constitucional IV

Professor: Mário César M. Miranda

Questão 13

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em relação ao Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
- b) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- d) Desde a expedição do diploma, em regra, os membros do Congresso Nacional poderão ser presos.

Questão 14

À luz dos artigos 53, 54 e 55 da Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir:

- I. A imunidade material confere aos Deputados e Senadores inviolabilidade civil e penal por suas opiniões, palavras e votos; outrossim, desde a expedição do diploma, os parlamentares não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que os autos serão remetidos em vinte e quatro horas à Casa respectiva para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- II. Recebida a denúncia-crime contra congressista por delito praticado após a diplomação, o pedido de sustação da ação penal pode ser deflagrado por requerimento de qualquer parlamentar em exercício, exigindo-se aprovação por maioria simples do Plenário, hipótese na qual o curso do prazo prescricional permanecerá inalterado durante a suspensão do processo.
- III. Desde a diplomação, é vedado ao congressista firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo cláusulas uniformes; contudo, a proibição de patrocinar causa em que qualquer dessas entidades seja interessada opera-se unicamente a partir da posse.
- IV. A perda do mandato decorrente de infração às proibições do art. 54 ou por quebra de decoro parlamentar é decidida pela respectiva Casa legislativa, por maioria absoluta e votação nominal, mediante provocação da Mesa ou de partido com representação no Congresso; diversamente, a perda pelo não comparecimento à terça parte das sessões ordinárias do período exige julgamento privativo do Plenário, sendo vedada a declaração sumária pela Mesa Diretora.

Alternativas

- a) apenas II e IV.
- b) apenas I e III.
- c) apenas I, II e III.
- d) todas as assertivas.

Questão 15

Acerca do processo legislativo e das regras regimentais e constitucionais pertinentes aos quóruns, comissões e deliberação executiva, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O veto parcial deve incidir sobre o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, sendo juridicamente inadmissível o veto a palavras ou locuções isoladas; outrossim, o Chefe do Poder Executivo dispõe de 15 dias úteis para manifestar o veto (político ou jurídico), cabendo-lhe comunicar os respectivos motivos ao Presidente do Senado Federal no prazo improrrogável de 48 horas.
- () O silêncio do Presidente da República pelo decurso de 15 dias úteis do recebimento do projeto aprovado consubstancia sanção tácita; decorrido esse prazo sem promulgação no interstício subsequente de 48 horas, o ato de promulgar transfere-se sucessivamente ao Presidente da Câmara dos Deputados e, caso este não o faça em igual prazo, ao Presidente do Senado Federal.
- () Em conformidade com a sistemática geral de deliberação parlamentar (art. 47 da CF e normas regimentais), o quórum de instalação dos trabalhos exige a presença da maioria absoluta dos membros do respectivo colegiado, ao passo que o quórum ordinário de votação se perfaz por maioria simples; assim, em uma comissão temática composta por 20 membros, a reunião poderá ser validamente aberta com 11 integrantes, sendo uma matéria de quórum comum considerada aprovada se obtiver ao menos 6 votos favoráveis.

() O veto presidencial será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional dentro do prazo de 30 dias de seu recebimento, podendo ser rejeitado mediante deliberação unicameral com votação aberta e aprovação pela maioria simples do total de parlamentares reunidos na sessão.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

Alternativas

- a) F – V – F – V.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – V – V.
- d) V – F – V – F.

Questão 16

Em determinado ano legislativo, aproximando-se o encerramento do primeiro período da sessão legislativa ordinária em meados do mês de julho, os parlamentares federais constatarem que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ainda se encontra pendente de deliberação conclusiva no Congresso Nacional. Diante do calendário de trabalhos e do anseio de alguns líderes partidários em antecipar o recesso parlamentar, os membros da Mesa Diretora são consultados sobre a disciplina constitucional atinente ao funcionamento e às datas das reuniões anuais do Parlamento.

Com base nas normas da Constituição Federal de 1988 sobre o funcionamento do Congresso Nacional e a sessão legislativa, assinale a afirmativa correta:

- a) O Congresso Nacional reúne-se anualmente de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; contudo, a sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A sessão legislativa anual estende-se ininterruptamente de 1º de fevereiro a 31 de dezembro, sendo facultada a fixação de período de recesso no mês de julho mediante requerimento de um terço dos membros de cada Casa legislativa.
- c) O Congresso Nacional reúne-se anualmente de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, podendo os parlamentares ingressar em recesso de meio de ano independentemente da votação de matérias orçamentárias, desde que haja acordo de lideranças.
- d) As reuniões marcadas para os dias 2 de fevereiro e 1º de agosto não podem ser prorrogadas ou transferidas sob nenhuma hipótese, recaindo o recesso parlamentar compulsoriamente entre 18 e 31 de julho, vedada a continuidade dos trabalhos legislativos nesse período.

Questão 17

Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), analise as seguintes afirmações:

I. As Comissões Parlamentares de Inquérito, expressamente previstas no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, são um dos mecanismos por meio dos quais o Poder Legislativo exerce a sua função de controle e fiscalização.

II. Por ostentarem a natureza de comissões especiais ou temporárias do Poder Legislativo, as CPIs caracterizam-se pela transitoriedade de seu funcionamento, operando-se sua extinção e dissolução automática com a apuração do fato ou o escoamento de seu prazo certo de duração.

III. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas à Polícia Federal, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

IV. A exigência constitucional de que a CPI seja instaurada para apuração de fato determinado pressupõe a individuação de acontecimento no qual seja viável identificar seus elementos e requisitos essenciais, sendo juridicamente vedada a instauração de comissão com objeto vago, genérico ou abstrato, a exemplo de apuração indeterminada sobre a corrupção no país.

V. O arcabouço normativo das CPIs esgota-se integralmente no art. 58, § 3º, da Carta Magna e nos respectivos Regimentos Internos da Câmara e do Senado, inexistindo legislação infraconstitucional em

vigor sobre a matéria, em razão do princípio da separação de poderes e da autonomia interna corporis do Parlamento.

Alternativas

- a) Apenas as afirmações II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

Disciplina: Direito Empresarial II
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 18

CHAOLIN, TSUNAMI e a SOCIEDADE ÍNDIOS pretendem constituir um novo negócio e debatem qual tipo societário escolher sob a ótica da classificação da responsabilidade dos sócios pelas dívidas sociais perante terceiros. O departamento jurídico apresentou três opções de estruturas clássicas: (1) a Sociedade em Nome Coletivo; (2) a Sociedade em Comandita Simples; e (3) a Sociedade Limitada. O grupo exige uma estrutura em que, como regra geral de balcão e sem necessidade de desconsideração da personalidade jurídica, os bens pessoais de nenhum dos sócios possam ser atingidos de forma ilimitada por dívidas ordinárias da empresa, desde que o capital esteja integralizado.

Considerando a classificação das sociedades quanto à responsabilidade dos sócios no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Na Sociedade em Nome Coletivo, todos os sócios respondem de forma limitada ao valor de suas quotas sociais, configurando a opção mais segura para o patrimônio pessoal do grupo.
- B) A Sociedade em Comandita Simples classifica-se como sociedade de responsabilidade mista, na qual todos os sócios respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações sociais, variando apenas o quórum de administração.
- C) Na Sociedade Limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social; uma vez totalmente integralizado o capital, os bens particulares dos sócios ficam protegidos contra dívidas sociais, diferentemente da Sociedade em Nome Coletivo (onde os sócios respondem de forma solidária e ilimitada, Art. 1.039) e da Comandita Simples (onde os sócios comanditados têm responsabilidade ilimitada, Art. 1.045).
- D) A classificação da responsabilidade na sociedade limitada transmuda-se em ilimitada e solidária automática se a empresa atuar no setor de prestação de serviços de transporte interestadual.

Questão 19

ARLINDO ORLANDO e MARIPOSA APAIXONADA DE GUADALUPE celebraram o contrato social de uma sociedade destinada à exploração da atividade de fabricação e comércio atacadista de instrumentos musicais em larga escala, com nítido escopo de lucro e organização dos fatores de produção. As sócias iniciaram imediatamente as operações da fábrica, alugaram galpões e contrataram fornecedores, mas não efetuaram o registro do contrato social na Junta Comercial. Um dos fornecedores, inadimplido, ajuizou ação e sustentou que, diante da ausência de registro público, a sociedade deveria ser classificada e julgada sob o regime das sociedades simples puras do Código Civil, gozando do benefício de ordem patrimonial.

Considerando as regras de classificação das sociedades e os efeitos do registro no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) A ausência de registro na Junta Comercial fixa uma presunção absoluta (*juris et de jure*) de que a sociedade possui natureza simples, aplicando-se o regime da responsabilidade fracionária proporcional às quotas das sócias.
- B) A natureza simples ou empresária da sociedade decorre do seu objeto social real e efetivo, e não do ato formal do registro; exercendo atividade própria de empresário (indústria e comércio), a sociedade de ARLINDO ORLANDO e MARIPOSA APAIXONADA DE GUADALUPE é materialmente empresária; contudo, por não ter arquivado seus atos constitutivos na Junta Comercial, ela classifica-se

como sociedade em comum (não personificada), regendo-se pelos Artigos 986 a 990 do CC, hipótese em que as sócias perdem a proteção da responsabilidade limitada e respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações sociais.

C) O registro na Junta Comercial possui natureza meramente de direito tributário, sendo irrelevante para a fixação do regime de responsabilidade civil das sócias perante terceiros credores.

D) A falta de registro do objeto empresário converte a fábrica em condomínio civil indivisível, transferindo a propriedade do maquinário automaticamente para o fundo de previdência estadual.

Questão 20

BETE, BALANÇO e KATIA FLÁVIA constituíram a sociedade empresária "Rock & Rolamentos Ltda.". No contrato social, além de preencherem todos os requisitos obrigatórios fixados em lei, os sócios inseriram, de próprio punho, duas cláusulas não essenciais (facultativas) de natureza protetiva: (1) uma cláusula de *Lock-up* estipulando que nenhum sócio poderia ceder suas quotas para terceiros estranhos à sociedade pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar do registro; e (2) uma cláusula de estilo prevendo que, em caso de exclusão de sócio por justa causa, o pagamento dos haveres patrimoniais seria realizado em 60 parcelas mensais, em detrimento do prazo legal geral de 90 dias. Passados dois anos, KÁTIA FLÁVIA, insatisfeita com os rumos da gestão, tentou vender suas quotas a um investidor externo. Diante do veto das sócias com base na cláusula de *Lock-up*, Bete ajuizou ação alegando que cláusulas não essenciais não possuem o condão de anular o direito de disposição patrimonial garantido pelo Código Civil.

Considerando o regime jurídico das cláusulas facultativas ou não essenciais e a autonomia privada no direito societário, assinale a alternativa correta:

A) As cláusulas não essenciais ou facultativas possuem caráter meramente enunciativo e programático, sendo desprovidas de força vinculante coercitiva, de modo que KATIA FLÁVIA pode ignorar o bloqueio e ceder suas quotas a terceiros a qualquer tempo.

B) A inclusão de mais de três cláusulas não essenciais no instrumento constitutivo gera a aplicação compulsória da teoria do estado de perigo comercial de balcão.

C) A estipulação de prazo de 60 meses para pagamento de haveres patrimoniais em cláusula acessória é nula de pleno direito por usura civil invertida, transmutando a sociedade limitada em consórcio informal ilimitado.

D) A cláusula de *Lock-up* (bloqueio temporal de cessão) e a forma de pagamento de haveres constituem cláusulas contratuais não essenciais (facultativas) perfeitamente legítimas, que expressam a liberdade de autorregulação e a autonomia privada dos sócios; uma vez pactuadas livremente no contrato social arquivado na Junta Comercial, elas adquirem força obrigatória e eficácia vinculante (*pacta sunt servanda*), obrigando os sócios ao seu cumprimento estrito e vedando a cessão intempestiva por KÁTIA FLÁVIA.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Prof.: Aldení Lima

Questão 21

O delineamento da pesquisa representa o plano estrutural que conecta os objetivos do estudo aos procedimentos de coleta e análise de dados. Considerando as etapas de planejamento científico, assinale a alternativa que melhor descreve uma ação correta do pesquisador.

a) A escolha entre pesquisa qualitativa ou quantitativa deve ser feita preferencialmente após a primeira coleta de dados, para melhor adequação ao campo.

b) O controle de variáveis e a escolha do ambiente de coleta são secundários à escolha da teoria base da pesquisa.

c) O pesquisador deve, no delineamento, classificar sua pesquisa quanto à natureza, objetivos e abordagem, garantindo coerência interna entre o problema e a metodologia.

d) O procedimento técnico de pesquisa (ex: estudo de caso) dispensa a definição da abordagem (qualitativa/quantitativa) do estudo.

Questão 22

John Dewey concebe o aprendizado não como a simples memorização de fatos, mas como um processo ativo de reconstrução da experiência. Para ele, o indivíduo deve aprender a aprender, tornando-se agente autônomo.

Com base nos princípios educacionais de Dewey (1978) citados acima, assinale **a alternativa que melhor expressa à relação entre prática, reflexão e aprendizado.**

- a) A aprendizagem eficiente ocorre pela repetição mecânica de procedimentos técnicos, dispensando reflexões teóricas que desviam o foco da ação prática.
- b) Aprende-se por associação ao conectar novas experiências a conhecimentos prévios, mas a verdadeira compreensão só se consolida através da reconstrução consciente da experiência.
- c) O aprendizado é um ato solitário e linear, onde o indivíduo acumula conhecimentos isolados que, posteriormente, serão integrados à vida.
- d) A integração da aprendizagem à vida exige que a escola foque exclusivamente em conteúdos acadêmicos abstratos, deixando a prática para o ambiente profissional.

Disciplina: Direito do Consumidor Professor: Mário César M. Miranda
--

Questão 23

A concessionária de veículo X adquiriu, da montadora, trinta unidades de veículo do mesmo modelo e de cores diversificadas, a fim de guarnecer seu estoque, e direcionou três veículos desse total para uso da própria pessoa jurídica. Ocorre que cinco veículos apresentaram problemas mecânicos decorrentes de falha na fabricação, que comprometiam a segurança dos passageiros. Desses automóveis, um pertencia à concessionária e os outros quatro, a particulares que adquiriram o bem na concessionária. Nesse caso, com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- A) Entre os consumidores particulares e a montadora inexistente relação jurídica, posto que a aquisição dos veículos se deu na concessionária.
- B) Entre os consumidores particulares e a montadora, por se tratar de falha na fabricação, há relação jurídica protegida pelo CDC; a relação jurídica entre a concessionária e a montadora, no que se refere à unidade adquirida pela pessoa jurídica para uso próprio, é de direito comum civil.
- C) Existe, entre a concessionária e a montadora, relação jurídica regida pelo CDC, mesmo que ambas sejam pessoas jurídicas, no que diz respeito ao veículo adquirido pela concessionária para uso próprio, e não para venda.
- D) Somente há relação jurídica protegida pelo CDC entre o consumidor e a concessionária, que deverá ingressar com ação de regresso contra a montadora, caso seja condenada em ação judicial, não sendo possível aos consumidores demandarem diretamente contra a montadora.

Questão 24

A responsabilidade civil dos fornecedores de serviços e produtos, estabelecida pelo Código do Consumidor, reconhece a relação jurídica qualificada pela presença de uma parte vulnerável, devendo ser observados os princípios da boa-fé, lealdade contratual, dignidade da pessoa humana e equidade. A respeito da temática, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade civil subjetiva dos fabricantes impõe ao consumidor a comprovação da existência de nexo de causalidade que o vincule ao fornecedor, mediante comprovação da culpa, invertendo que tange ao resultado danoso suportado.

- B) A responsabilidade civil do fabricante é subjetiva e subsidiária quando o comerciante é identificado e encontrado para responder pelo vício ou fato do produto, cabendo ao segundo a responsabilidade civil objetiva.
- C) A responsabilidade civil objetiva do fabricante somente poderá ser imputada se houver demonstração dos elementos mínimos que comprovem o nexo de causalidade que justifique a ação proposta, ônus esse do consumidor.
- D) A inversão do ônus da prova nas relações de consumo é questão de ordem pública e de imputação imediata, cabendo ao fabricante a carga probatória frente ao consumidor, em razão da responsabilidade civil objetiva

Questão 25

No que se refere ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- A) O conceito de consumidor restringe-se às pessoas físicas que adquirem produtos como destinatárias finais da comercialização de bens no mercado de consumo.
- B) O conceito de fornecedor envolve o fabricante, o construtor, o produtor, o importador e o comerciante, os quais responderão solidariamente sempre que ocorrer dano indenizável ao consumidor.
- C) O conceito de produto é definido como o conjunto de bens corpóreos, móveis ou imóveis, que sejam oferecidos pelos fornecedores para consumo pelos adquirentes.
- D) O conceito de serviço engloba qualquer atividade oferecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.